

**A HISTÓRIA ECONÔMICA NO SÉCULO XXI – PRIMEIRAS  
REFLEXÕES A RESPEITO DE SUA PRODUÇÃO ACADÊMICA  
(2006-2017)**

*Marcos de Brito Monteiro Marinho*

(Doutorando - PPGH-UFF)

marcosmonteiromarinho@gmail.com

*Thiago Alvarenga de Oliveira*

(Doutorando - PPGH-UFF)

*Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca*

(Doutorando - PPGH-UFF)

**Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção historiográfica brasileira no campo da História Econômica ao longo do século XXI. Para elegemos como fontes fundamentais as teses e dissertações elaboradas nos Programas de Pós-Graduação em História das Universidades brasileiras. O levantamento obedeceu uma metodologia elaborada pelos autores. O texto se divide em três partes: na primeira, avaliamos as perspectivas que, no final do século XX, historiadores tradicionalmente ligados ao campo da História Econômica tinham a respeito de seu futuro no século XXI; a segunda parte se dedica à exploração dos nossos critérios metodológicos; a terceira e última parte é dedicada à análise do material empírico coletado.

**Palavras-chave:** História Econômica; historiografia brasileira; século XXI; PPGH-UFF; PPGHS-USP; PPGHIS-UFRJ.

**Keywords:** Economic History; brazilian historiography; XXI century; PPGH-UFF; PPGHS-USP; PPGHIS-UFRJ.



## **1. A História Econômica agoniza?**

Em 1997, no primeiro capítulo da já consagrada obra *Domínios da História*, João Fragoso e Manolo Florentino proferiram o seguinte veredicto: “A história econômica agoniza. E num paroxismo tal que, parafraseando M. J. Daunton, a ninguém lhe espantaria de um cínico ouvir: ‘o que *foi* a história econômica?’” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 27). Anos depois, já no século XXI, João Fragoso voltou a fazer um balanço sobre a História Econômica. Embora tenha matizado a afirmação de que o campo estaria moribundo, não deixou dúvidas quanto à crise que atravessava:

“Há quase dez anos, eu e Manolo Florentino produzimos um texto sobre o ‘estado das artes’ da história econômica nacional e internacional. Na época, apresentamos um balanço crítico bastante cético sobre os destinos das pesquisas neste campo. A crítica avassaladora, e algumas vezes injusta, feita à história serial francesa, os modismos da historiografia brasileira, e, com eles, a redução brutal do número de investigações econômicas feitas nas pós-graduações nos levaram àquele pessimismo. Passados alguns anos, a minha avaliação mudou um pouco.” (FRAGOSO, 2002, p. 3-4).

Há duas considerações a respeito desta citação: 1) o que o levou a mudar de avaliação foram as críticas que a micro-história italiana havia feito à história serial e quantitativa francesa, acusando-a, muitas vezes, de produzir uma “história social desprovida de carne e sangue” – o diálogo com a antropologia proposto pela micro-história seria a chave para superar a dita falência da História Econômica, principalmente no cenário nacional; e 2) apesar de tal mudança, o principal argumento que o levou, em 1997, a proclamar a derrocada do campo persistiu – a dita queda de sua participação nas pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação. Ou seja, sua mudança de avaliação se deu muito mais em função de um suposto futuro promissor para a História Econômica do que de um presente efetivamente acalentador. Ela ainda agonizava.

Mas é necessário questionar se, em algum momento, ela atingiu tal estágio. Defendemos aqui a posição de que a História Econômica jamais agonizou, e que esta afirmação de Fragoso e Florentino está alicerçada em uma análise quantitativa metodologicamente equivocada em vários aspectos. Portanto, se faz necessário expormos de modo detalhado o método seguido e os resultados atingidos por estes historiadores,



### **1.1 O método e a crítica ao método de Fragoso e Florentino**

Para analisar a suposta derrocada da História Econômica, Fragoso e Florentino se debruçaram sobre os bancos de teses de três universidades brasileiras: USP – entre 1973-1985 –, UFF e UFRJ – entre 1980-1992. Estes períodos são divididos da seguinte maneira: 1973-1978, 1979-1982 e 1983-1985 para a USP; 1980-1981, 1982-1983, 1984-1985, 1986-1987, 1988-1989, 1990-1991 e 1991-1992 para a UFRJ e UFF, que são analisadas sempre juntas (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 28-29). Os resultados apresentados são os seguintes: 1) na USP, entre 1973-1978, as teses e dissertações sobre História Econômica defendidas correspondiam a pouco mais de 40% do total, atingindo os 45% no período 1979-1982, mas caindo a apenas 20% entre 1983-1985; 2) na UFF e na UFRJ a tendência é sempre de queda, exceção feita ao período compreendido entre 1982-1983 e 1984-85, que aponta um crescimento de pouco mais de 5%, e o período compreendido entre 1986-1987 e 1988-1989, que apresenta estabilidade, com o percentual de defesas de História Econômica girando em torno de 25%. No geral, somadas UFF e UFRJ, a História Econômica correspondia a 60% das defesas entre 1980-1981, caindo para pouco menos de 20% no período 1991-1992. Os problemas surgem a partir destes números apresentados e são de quatro ordens: 1) relativos à construção dos recortes temporais das séries de defesa na UFF e na UFRJ, bem como na USP; 2) relativos à escolha das instituições e dos programas a serem analisados; 3) relativos ao tratamento aos dados de defesas de teses e dissertações coletados; e 4) relativos aos critérios de classificação do que é e, principalmente, do que não é História Econômica.

Em primeiro lugar, não há qualquer critério minimamente claro para a delimitação do recorte temporal adotado. Se é verdade que o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP é, possivelmente, o mais antigo do país, com sua primeira defesa datada de 1939<sup>1</sup>, também é verdade que o programa da UFF (PPGH-UFF) já estava estabelecido em 1971, com suas primeiras defesas acontecendo em meados dos anos 1970<sup>2</sup>. O

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do site do programa, na aba “Programa>Apresentação”:  
<http://ppghs.fflch.usp.br/posgraduacao/hs/programa/apresentacao> Consultado em: 17/04/2018.

<sup>2</sup> Informações retiradas do site do programa, logo em sua página principal:



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

programa da UFRJ (PPGHIS-UFRJ), por sua vez, parece ter sido fundado nos anos 1980, já que seu site faz referência aos “seus 35 anos de existência”, embora não tenhamos como saber se ele está ou não atualizado – não há o ano de fundação registrado<sup>3</sup>. Neste sentido, a série por eles criada para analisar a História Econômica na UFF e na UFRJ, juntas, já nasce contaminada, pois muito provavelmente em toda a primeira metade da década de 1980, estava considerando apenas as defesas realizadas na UFF, com a UFRJ entrando apenas na última fração dos anos 1980 e no início dos anos 1990 (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 28-29). Outro problema nesta mesma série é o fato do ano de 1991 ser o único a aparecer “duplicado” – 1990-1991, 1991-1992 –, não sendo possível saber se, neste caso, as defesas foram fracionadas em semestres ou se simplesmente ele foi contabilizado duas vezes. Além disso, não nos parece correto construir duas séries que abarcam temporalidades distintas para comprovar a mesma coisa nos dois casos. O catálogo da USP certamente dispunha das defesas realizadas entre 1986 e 1992, o que poderia conferir uma mínima homogeneidade às séries, mas tais dados não foram considerados.

Por fim, no que diz respeito à questão da organização dos recortes temporais das séries, é necessário destacar a grande arbitrariedade com que os períodos foram divididos na série relativa à USP. O primeiro período é composto de cinco anos (1973-1978), o segundo de quatro anos (1979-1982) e o terceiro de apenas três (1983-1985), sem qualquer justificativa por parte dos autores. Isto se torna um grande problema se considerarmos o caráter altamente volátil deste tipo de dado. Como pode ser visto na Tabela/Gráfico X, as variações de crescimento percentual de trabalhos de História Econômica são enormes, muitas vezes apresentando grandes diferenças de um ano para outro. Não há dúvidas de que a melhor forma de apresentar tais dados em um gráfico é demonstrando sua evolução anual.

Em segundo lugar, os critérios para escolha das instituições investigadas não são claros. Embora estejam lidando com dados regionalizados e provisórios, os autores consideram o suficiente dizer que a USP é “a maior universidade do Brasil” e que a UFRJ é “a maior universidade federal do país”. Não há explicação para a escolha da UFF,

---

<http://www.historia.uff.br/stricto/> Consultado em: 17/04/2018

<sup>3</sup> Informações retiradas do site do programa na aba “O Programa>Apresentação”:

<https://www.ppghis.historia.ufrj.br/o-programa/apresentacao/> Consultado em: 17/04/2018



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

embora imaginemos que seja pela envergadura de seu programa de pós desde a inauguração. E mesmo assim não é possível saber se, na USP, foram considerados os dados dos dois programas de pós-graduação existentes, um deles especificamente de História Econômica, cuja fundação data de 1971<sup>4</sup>. A queda abrupta dos números percentuais de defesa nos faz crer que apenas o PPGHS-USP foi usado na análise. Caberia questionar a razão de se desprezar um programa de História Econômica para se analisar o peso da História Econômica na referida instituição.

Em terceiro lugar, há o tratamento dado às informações colhidas. Fragoso e Florentino operam, sempre, com números relativos. Eles decretam o estado de quase morte da História Econômica observando a perda de sua hegemonia em relação aos outros campos. Ora, o período analisado pelos autores é justamente aquele em que se multiplicam as possibilidades de investigação históricas. As décadas de 1980-1990, no Brasil, marcam o nascimento e a difusão de temas e campos de investigação que até então eram marginais, quais sejam: a História das mentalidades e a História cultural, a História do cotidiano e da vida privada, bem como a História das sexualidades, etc. Ronaldo Vainfas, em texto dedicado à História das Mentalidades e à História Cultural, fala abertamente em uma defasagem da historiografia brasileira em relação à recepção e penetração destes campos nas pesquisas (VAINFAS, 1997, p. 159). A tradução da trilogia da “Nova História”, organizada por Le Goff e Nora, só foi realizada em 1976 e, salvo raras exceções, o autor considera que o primeiro sinal efetivo de penetração da Nova História em nossa historiografia foi a publicação do livro *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, de 1986, escrito por Laura de Mello e Souza. Na esteira deste outros surgiram, como *Trópico dos Pecados*, do próprio Vainfas, publicado em 1989; *Ao sul do corpo e Teatro dos vícios*, obras de Mary Del Priore e Emmanuel de Araújo, ambas publicadas em 1993; e *Os prazeres da noite*, de Margareth Rago, publicado em 1991 (VAINFAS, 1997, p. 160-161).

Diante deste cenário, é natural que qualquer campo que reinasse “sozinho” na historiografia – como parecia ser o caso da História Econômica – fosse perdendo espaço para as novidades. Isto não significa, entretanto, que tenha havido uma “redução brutal das investigações econômicas feitas nas pós-graduações”, como afirmou Fragoso em

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do site do programa, na aba “Programa>Apresentação”:  
<http://ppghe.fflch.usp.br/posgraduacao/he/programa/apresentacao> Consultado em: 17/04/2018



2002. Embora de fato o peso relativo da História Econômica tenha diminuído, o mesmo não se pode dizer – ou não se pode dizer com tanta veemência e com tamanho catastrofismo – em relação aos números absolutos de trabalhos defendidos. Quem demonstra isso, mesmo que parcialmente, são os próprios autores quando afirmam que

“[...] se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se à história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores. Note-se que esta tendência se afirmou em meio à consolidação dos referidos programas, o que pode ser indicado pelo constante aumento global de defesas: até 1983 defendiam-se, em média, menos de 10 trabalhos por ano, cifra que, a partir de 1984, nunca é inferior a 15, chegando a 32 em 1992.” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 28-29).

Embora os dados não sejam precisos, seis em cada dez trabalhos em uma média inferior a 10 trabalhos defendidos por ano (início dos anos 1980) nos faz supor que este número seja 5,4 – considerando uma média de 9 defesas, pois 60% de 9 equivale a 5,4. Menos de dois em cada dez trabalhos em uma média de 32 trabalhos defendidos por ano (1992) nos faz supor que este número seja de 5,12 – considerando que “menos de dois em cada dez” ainda seja mais do que 15%, pois 16% de 32 é 5,12. O que há, portanto, quando se considera os números absolutos da produção acadêmica em História Econômica nos programas em questão, é uma estabilidade plena. Jamais se poderia deduzir uma queda e, principalmente, um suposto caráter moribundo do campo.

Em quarto e último lugar, mas não menos importante, há os problemas relativos aos critérios de classificação do que corresponde ou não à História Econômica. É um grande erro os autores não considerarem que muitos trabalhos, embora não identificados propriamente com a História Econômica, estabelecem profundo diálogo com ela, utilizando-se de seus dados, hipóteses, etc. para subsidiar seus objetos e temas de pesquisa. O resultado deste erro faz com que a Zona de Influência da História Econômica ou ZIHE – como chamaremos, doravante, os trabalhos que são identificados com a História Econômica somados àqueles que estabelecem diálogo com ela <sup>5</sup>– seja fortemente

---

<sup>5</sup>A definição precisa de tais critérios – 1) Identificada com História Econômica; 2) Dialoga com História Econômica; e 3) Ignora a História Econômica – está na parte 2 deste trabalho, dedicada à explicação de nossos pressupostos metodológicos.



subestimada. Isto ficará muito evidente na terceira parte deste trabalho, quando nos dedicaremos à análise de nossos dados.

Neste sentido, a análise em questão parte de um método equivocado para atingir resultados ainda mais equivocados. Até pelo menos o início da última década do século passado, a História Econômica **não** agonizava. Adiante, demonstraremos que, passados 17 anos deste jovem século XXI, nossa afirmação ainda se mostra correta. Poderíamos, então, como fizeram Fragoso e Florentino, parafrasear uma famosa passagem de um importante autor para afirmar que “[...] a História [Econômica] mesma se encarrega de enterrar aqueles que gostariam de ser seus coveiros.”

## **1.2 A importância da História Econômica na renovação da produção historiográfica brasileira e o diagnóstico de Eulália Lobo**

Embora o diagnóstico da professora também seja de temor em relação à possível redução do campo da História Econômica, ele se distingue muito daquele realizado por Fragoso e Florentino. Isto porque, em seu entendimento, qualquer história que pretenda contextualizar de forma minimamente razoável os problemas do passado e do presente deve estabelecer diálogo profícuo com a História Econômica. Consideremos o exemplo dado pela própria Eulália Lobo em sua resposta: a história das sexualidades. Difícil compreender a revolução sexual que tomou conta do mundo ocidental, principalmente na década de 1960, por exemplo, sem a relacionar com a expansão da indústria farmacêutica e com a produção em larga escala das pílulas anticoncepcionais. Por ser extremamente eficiente para evitar a gravidez, este medicamento ampliou a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo, pois as permitiu escolher quando e quantos filhos elas teriam, ou mesmo se não teriam filho algum. Naturalmente, também impactou a relação que as mulheres tinham com o sexo e, principalmente, com o sexo fora do casamento. Por todas estas razões, a pílula é frequentemente apontada como um dos estopins da dita revolução sexual. Ou seja, a massificação de um produto oriundo da indústria farmacêutica pôde contribuir para mudanças decisivas na sexualidade e no cotidiano das mulheres e, por conseguinte, de toda a sociedade (PEDRO, 2003, p. 253-254).

Também é interessante notar que o discurso de Eulália Lobo se refletiu nas suas ações ao longo de toda a carreira, pois um ano após esta entrevista, em 1993, fundou,



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

junto de outros pesquisadores, a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), responsável pela organização de dois eventos de grande envergadura: 1) as Conferências Internacionais de História Econômica e os Encontros de Pós-Graduação em História Econômica; e 2) os Congressos Brasileiros de História Econômica e as Conferências Internacionais de História de Empresas. A ABPHE conta, hoje, com 329 associados ativos e, como pode ser visto na Figura 5, apresenta uma tendência de ampliação do número de comunicações inscritas a cada evento. Era necessário assegurar a existência da História Econômica, e ela agiu para que isso se tornasse possível.

Se somarmos estas informações aos dados demonstrados na terceira parte deste trabalho, fica bastante evidente o peso que a História Econômica ainda tem. Precisamos, portanto, mensurar sua potencialidade em termos qualitativos. Jean-Yves Grenier, escrevendo sobre a História Quantitativa, sintetizou suas potencialidades em três: 1) a de fornecer respostas para perguntas motivadas por uma problemática histórica ampla; 2) a de autorizar a formulação de novas questões; e 3) a de renovar a formulação intelectual dos problemas e de propor caminhos originais para sua conceitualização (GRENIER, 1998, p. 186-192).

Podemos aplicar exatamente o mesmo raciocínio para a História Econômica. Faremos isso enfatizando a importância de três trabalhos selecionados de nosso banco de dados, cada um proveniente de um dos três programas de pós-graduação catalogados até o momento. São eles: 1) a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Valencia Villa, defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS-UFRJ), sob orientação de Manolo Garcia Florentino; 2) a tese de doutorado de Tâmis Peixoto Parron, defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (PPGHS-USP), sob orientação de Rafael de Bivar Marquese; e 3) a tese de doutorado de Flávio Gonçalves dos Santos, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF (PPGH-UFF), sob orientação de César Teixeira Honorato. O objetivo aqui é destacar o papel da História Econômica para que os trabalhos se apresentem como inovadores em campos de atuação que não necessariamente sejam “de propriedade” da História Econômica.

Carlos Valencia publicou sua dissertação de mestrado na Colômbia em 2011 com o título de *La producción de la libertad: Economía de los esclavos manumitidos em Rio*





**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

*de Janeiro a mediados del siglo XIX*, que já adianta a principal hipótese do trabalho, qual seja: a liberdade como um valor produzido pela família escrava, ou seja, um resultado das estratégias econômicas – montadas a partir de três variáveis: poupança, consumo ou investimento na família – que estiveram ao seu alcance. Para comprovar suas afirmações, o autor recorre ao método quantitativo e estatístico. Neste sentido, entre 1840-1871, Valencia constatou que as mulheres, principalmente as nascidas no Brasil, conseguiam a alforria muito mais frequentemente que os homens, além de terem apresentado uma tendência de ampliação de sua participação percentual no total, considerando os demais grupos – mulheres africanas, homens africanos e homens nascidos no Brasil (VILLA, 2011) . Mas o dado central para essa afirmação está centrado na família escrava. As mulheres envoltas em relações familiares que conseguiram alforria somavam 2361, ao passo que os homens nesta mesma condição eram apenas 1299. Em termos proporcionais, estas mulheres correspondiam a 23% do total de mulheres, enquanto os homens na mesma condição representavam apenas 17% do seu grupo (VILLA, 2011). Ou seja, as mulheres se libertavam mais porque estavam envoltas em relações familiares com maior frequência que os homens.

O diálogo com a História Econômica permite que a família escrava seja mais do que “uma flor” na senzala – e isto não significa que estamos subestimando os aspectos subjetivos emanados pela família –, ou seja, base para construção de identidades e comunidades que se uniam em torno de memórias, valores e experiências compartilhadas. Contribui também para qualificar melhor a ideia de autonomia escrava, pois muitos autores que escreveram sobre o assunto, o fizeram considerando apenas o plano da cultura e da sociabilidade, relegando a autonomia econômica a uma atividade marginal, normalmente clandestina e que mobilizava poucos recursos. Importante considerar que estas novas contribuições de Valencia não poderiam vir de outra fonte senão da História Econômica.

Assim como Valencia, Flávio Gonçalves também publicou sua tese, em 2013, com o título de *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros (1850-1937)*. O texto destaca o fato de as oferendas rituais exigirem uma grande variedade de produtos, contribuindo para o movimento do comércio no porto de Salvador. A partir do diálogo com a antropologia econômica de Marcel Mauss e suas considerações a respeito do *potlatch* – um sistema de compensação dos gastos realizados



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

por um indivíduo ou um grupo de indivíduos em uma determinada situação –, as relações entre o comércio dos objetos de culto e as formas de prestação de serviços nos terreiros de candomblé são explicitadas: quanto mais dedicado ao culto é o iniciado, maior é a proteção que recebe dos orixás e, ao mesmo tempo, maior é sua reputação em relação aos demais (LAGE, 2013, p. 11).

Neste sentido, por mais dispendiosas que fossem as mercadorias exigidas pelos cultos, sempre haveria uma motivação para adquiri-las. Isto porque determinados ritos, como as oferendas aos orixás, por exemplo, implicavam não apenas o cumprimento dos preceitos, mas também na oferta de produtos e trabalho no cotidiano das casas de santo. Por outro lado, o não cumprimento de tais obrigações trazia graves consequências para a vida do iniciado, de tal modo que há estímulos positivos – proteção e prestígio junto aos pares – e “negativos” para que os bens litúrgicos continuassem sendo adquiridos ininterruptamente, já que os cultos não prescindiam nunca de tais objetos (SANTOS, 2013, p. 170-175). Economia e prática religiosa, portanto, andavam juntas. Tal afirmação se torna ainda mais verdadeira quando atentamos para o fato de que tanto na aquisição, quanto na utilização de tais mercadorias o conhecimento religioso se fazia presente.

Já a tese de Tâmis Parron, defendida em 2015 com o título *A política da escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*, ainda não publicada, tem como objetivo construir um enquadramento de análise que conjugue conjunturas econômicas globais e pactos políticos nacionais na tentativa de compreender e explicar a montagem, o desenvolvimento e a crise da escravidão negra nas Américas, entre o final do século XVIII e o início do século XIX (PARRON, 2015, p. 2). Isto porque os “especialistas costumam abordar a questão por meio de narrativas nacionais” – o clássico trabalho de Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, é uma expressão disso (COSTA, 2010). Seguindo a pista deixada por Dale Tomich ao criar o conceito de *segunda escravidão* (TOMICCH, 2011, p. 81-98), Parron propõe que a história da escravidão nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil seja, ao mesmo tempo, consecutiva – influenciadas por questões inerentes a cada uma das realidades nacionais e/ou regionais –, simultânea – influenciada por questões globais e, portanto, comuns aos três espaços de escravidão supracitados – e sincrônica – no sentido de que cada uma das referidas regiões escravistas se influenciam mutuamente (PARRON, 201, p. 4).

É esta leitura global do processo histórico que o permite falar em uma oikoumenê



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

da *segunda escravidão*, espécie de “clube de elite do escravismo mundial oitocentista”, responsável que reposicionar os Estados Unidos como o mais importante intermediário global entre o sistema-mundo e os demais espaços escravistas após décadas. Isto é comprovado a partir das taxas de importação e reexportação de café e açúcar, bem como a partir das taxas de exportação de algodão cru e trigo, em três momentos distintos: 1) 1796-1814; 2) 1815-1828; e 3) 1829-1840 (PARRON, 2015, p. 455). As referidas séries demonstram que, com o avançar dos oitocentos, as economias de Estados Unidos, Cuba e Brasil tornaram-se cada vez mais integradas, com a República Norte-Americana exercendo preeminência sobre as demais, já que havia ampliado em 150% o montante investido na comercialização do café brasileiro e em 250% o aplicado na comercialização do açúcar cubano (PARRON, 2015, p. 459). Tamanha integração entre os maiores espaços escravistas acabou por produzir um subsistema escravista no interior o sistema-mundo, que conjugava ações humanas e institucionais na defesa da escravidão frente ao avanço do anti-escravismo.

Com esta longa explanação, pretendemos demonstrar que o diálogo profícuo com a História Econômica pode renovar epistemologicamente a formulação dos problemas históricos, propondo caminhos originais para suas resoluções. Isto acontece na tese de Flávio Gonçalves, ao utilizar-se da economia para compreender e explicar questões que, salvo raras exceções, se restringem ao domínio da cultura. Acontece também no trabalho de Tâmis Parron, que se utilizou de conceitos da Economia e da História Econômica para propor não apenas respostas a problemas “tipicamente políticos”, mas, sobretudo, para retomar uma perspectiva de análise que parecia estar perdida em nossa historiografia: a história global. Portanto, a História Econômica **não** agoniza. Trataremos agora de demonstrar empiricamente esta afirmação, mas não sem demonstrar metodologicamente em quais termos o faremos.

## **2. Pressupostos metodológicos, epistemológicos e técnicos**

De forma rasteira e pouco precisa, Carlo Cipolla (CIPOLLA, 1993) lembra que o historiador da economia deve se preocupar primeiramente com as dimensões da produção, circulação, financiamento e consumo numa sociedade, ou entre sociedades, e como o ser humano racionalizou essas dimensões – separadamente ou em conjunto –,

**7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

sistematizando-as em um pensamento econômico. Daí parte a História Econômica. Embora isto seja central, não é o suficiente. As formas, tendências, fluxos e entrecruzamentos dessas dimensões precisam ser esclarecidas: seus pesos e medidas; causas e efeitos; encadeamentos ou desencadeamentos entre si, etc. Tudo isso pode ser analisado com vasto material empírico que daria margem a um sem número de interpretações. Ou seja, a História Econômica não pode ser reduzida às quatro dimensões básicas de Cipolla. Entretanto, para efeito de análise, a reconheceremos deste modo.

Estas afirmações introdutórias balizam o que entendemos por História Econômica, embora já saibamos que ela pode servir para colaborar com explicações que excedam suas dimensões. A utilização de informações e dados de caráter econômico podem enriquecer significativamente pesquisas com enquadramentos políticos, culturais e/ou sociais. Por meio de análises amplas de conjuntura e/ou estrutura, bem como a partir de estudos de caso, é possível romper com o suposto isolamento – imposto à História Econômica, geralmente por pesquisadores alheios ao campo – da dimensão econômica. Estes aspectos são fundamentais para nossa análise a respeito da historiografia brasileira no século XXI. Este esforço gerou aquilo que chamamos de “Zona de Influência da História Econômica”, isto é, o grau de penetração que o campo da História Econômica tem na historiografia como um todo.

O centro da argumentação que embasa a nossa metodologia é exatamente esse: a História Econômica encontra vitalidade também fora do seu círculo. Como jovens pesquisadores, nossa formação é testemunha deste processo. A História Econômica se diferencia dos outros campos da História e da própria Economia – pelo menos a atual Economia *main stream* – por duas razões: 1) o apego às explicações de cunho totalizantes; e, como desdobramento da anterior, 2) a análise ligada à longa duração. Não obstante, influencia a historiografia e a Ciência Econômica por três razões: 1) sua longa tradição; 2) a estrutura capitalista que nos é imposta; e 3) as conjunturas econômico-sociais de tempos difíceis, como o que vivemos no Brasil neste momento. A força dessa influência ainda é, em grande medida, desconhecida.

Entretanto, não é justo e nem desejável que essa seja uma via de mão única. A vocação da História Econômico-Social é a de procurar o entendimento das estruturas. É evidente que essa tarefa pode ser mal ou bem-feita, honesta ou desonestamente desenvolvida, mas nos parece que, de todos os modos, os historiadores da economia não



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

podem deixar de utilizar os subsídios fornecidos pela política, cultura, geografia, estatística ou pela matemática, para que se possa apreender e explicar a almejada totalidade. A consolidação da *Zona de Influência da História Econômica* no século XXI abre o campo para outras disciplinas e outras formas de construir o conhecimento histórico. Os gráficos e tabelas da terceira parte deste trabalho não nos deixam mentir quanto a isso.

Josep Fontana, em meio à maior crise econômica que a Europa testemunhou no século XXI, não se rendeu ao reducionismo que o momento tentava impor à disciplina, como se pode constatar a partir da seguinte passagem:

“En estos momentos de crisis y reconstrucción, quienes nos dedicamos a la historia económica no debemos rechazar un nuevo y más fecundo contacto con los demás historiadores, explorando con ellos caminos nuevos que no tienen nada que ver con los callejones sin salida de las disciplinas “especializadas” de que antes hemos hablado, sino que aspiran a volver al estudio de la sociedad.” (FONTANA, 2012, p. 22)

Surpreendentemente, nossa pesquisa demonstra que é exatamente isto o que temos feito! O futuro da História Econômica já chegou e, a essa altura, se faz necessário que verifiquemos – com os métodos próprios de nossa disciplina – sobre o seu espaço e suas características nas primeiras décadas do século XXI. O esforço que se inicia aqui busca examinar os primeiros dezessete anos de presença da História Econômica na historiografia brasileira do século XXI. Certamente ele será continuado, ano a ano, como um verdadeiro monitor das nossas frequências cardíacas nesse organismo em constante mutação.

Então, de onde partir? Certamente de onde se produz ciência e tecnologia no Brasil. Segundo relatório da Capes<sup>6</sup>, com dados levantados pela consultoria americana *Clarivate Analytics*, as instituições públicas de ensino superior são responsáveis por 99% da pesquisa científica nacional com divulgação relevante. É evidente que os Programas de Pós-Graduação em História das universidades públicas brasileiras devem ser o centro de nossas atenções, incluindo alguns centros de excelências privados como exceções.

---

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. *Research in Brazil*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8726-documento-disponibilizado-a-capes-apresenta-desempenho-e-tendencias-na-pesquisa-brasileira>>. Acesso em: 18/04/2018.



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

A maior parte da historiografia de relevo no Brasil é produzida e renovada nos PPGH das IFES e IEES. Portanto, consideraremos, para esse projeto, os Programas de Pós-Graduação com notas elaboradas pela Capes nos conceitos 4, 5, 6 e 7 no ano de 2017<sup>7</sup>. Reconhecemos que existem problemas e graves injustiças na atribuição dessas notas, mas a única forma de reduzir o nosso universo à uma totalidade coerente – a historiografia de maior repercussão nacional e regional, o que deve incluir a produção de teses de doutorado – era adotar um critério que abarcasse os programas autorizados a ter cursos de mestrado e doutorado. Dessa forma, pudemos reduzir os programas a serem investigados de 61 para 42. Desta forma, contabilizaremos todos programas autorizados pela Capes a formar doutores em História.

**Figura 1: Programas de Pós-Graduação em História Credenciados pela Capes**

<b>Instituição</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>	<b>Nota</b>
Universidade Federal Fluminense	História Social	7
Universidade Federal de Minas Gerais	História	7
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	História	6
Universidade Estadual De Campinas	História	6
Universidade De São Paulo	História Social	6
Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul	História	5
Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro	História Social Da Cultura	5
Universidade Do Estado De Santa Catarina	História	5
Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	História	5
Universidade Federal Do Espírito Santo	História	5
Universidade Federal De Goiás	História	5
Universidade Federal De Ouro Preto	História	5
Universidade Federal Do Pará	História	5

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Avaliação Quadrienal 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8691-capes-divulga-resultado-final-da-avaliacao-quadrienal-2017>>. Acesso em: 18/04/2018.



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

Universidade Federal Do Paraná	História	5
Universidade Federal Do Rio De Janeiro	História Social	5
Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro	História	5
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Franca	História	5
Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos	História	5
Fundação Getúlio Vargas/RJ	História, Política e Bens Culturais	5
Fundação Oswaldo Cruz	História Das Ciências	5
Fundação Universidade De Passo Fundo	História	4
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	História	4
Universidade Estadual De Maringá	História	4
Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	História Social	4
Universidade Federal Da Bahia	História	4
Universidade Federal Do Ceará	História	4
Universidade Federal Da Grande Dourados	História	4
Universidade Federal De Juiz De Fora	História	4
Universidade Federal De Mato Grosso	História	4
Universidade Federal De Pernambuco	História	4
Universidade Federal De Pelotas	História	4
Universidade Federal Do Rio De Janeiro	História Comparada	4
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	História	4
Universidade Federal Rural De Pernambuco	História	4
Universidade Federal De Santa Catarina	História	4
Universidade Federal De Santa Maria	História	4
Universidade De Brasília	História	4
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Assis	História	4



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná	História	4
Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro	Historia	4
Universidade Salgado De Oliveira	História	4
Universidade De São Paulo	História Econômica	3

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Avaliação Quadrienal 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8691-capes-divulga-resultado-final-da-avaliacao-quadrienal-2017>>. Acesso em: 18/04/2018.

Nesse trabalho piloto, apresentaremos os resultados dos três maiores PPGHs do país: PPGH-UFF, PPGHIS-UFRJ e PPGH-USP, além dos resultados parciais gerais. Entretanto, é preciso que se faça duas ressalvas, uma de caráter metodológico e outra de caráter técnico. A primeira ressalva é que pelo menos um programa que excede esse critério deve ser considerado, no futuro, mesmo que à parte: o Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Seria um erro brutal desconsiderar um programa com mais de quarenta anos de serviços prestados ao campo, em função de uma circunstancial nota adversa. A advertência de caráter técnico diz respeito ao fato de parte desses programas não disponibilizarem *on line* os seus dados e informações mais gerais. Por conta disso, um corte deverá ser feito: aqueles programas que **não** disponibilizam *on line* o seu Catálogo de Teses e Dissertações **não** estão contemplados em nosso levantamento. Isso nos leva à questão da escolha de nossa fonte.

Seguindo essa lógica, a fonte que elegemos é a mais disponível, regular e quantificável possível: as dissertações e teses produzidas nos PPGHs selecionados. A nossa realidade demonstra que os trabalhos de conclusão desses cursos são importantes motores da historiografia nacional. O óbvio se constata quando, em eventos científicos de historiadores, a maior parte dos comunicadores são mestrandos e doutorandos buscando expor parte de sua pesquisa. Também em projetos de pesquisa, a maior parte dos investigadores são pós-graduandos desenvolvendo parte do trabalho que redundará em tese ou dissertação. Da mesma forma, a maioria dos periódicos científicos recebem artigos que são parte de um trabalho em elaboração ou já finalizado. Esse momento de formação dos pesquisadores em História do país também conta com o trabalho de seus orientadores que, não raro, passam a ser parceiros no tema de pesquisa dos seus





**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

orientandos, estabelecendo pontes com o trabalho destes e produzindo em diálogo estreito com as dissertações e teses que orientam.

Sabemos que o ideal seria ter todas as estatísticas de produção desses programas que envolvessem trabalhos publicados, eventos científicos, projetos de pesquisa, etc., embora boa parte deles sejam embriões ou resultados da fonte que elegemos. Mas estas outras informações são mais difíceis de serem obtidas e, mais importante, carecem de regularidade regulamentada, algo que os prazos draconianos dos cursos de mestrado e doutorado autorizados pela CAPES garantem.

Com essa missão em mãos, refletimos sobre um conjunto questões a respeito da dimensão da História Econômica na historiografia brasileira. As questões mais candentes que buscamos resolver são:

1. Quanto a História Econômica brasileira produziu no século XXI?
2. Qual o peso relativo e total da História Econômica na historiografia brasileira do século XXI?
3. A História Econômica pôde influenciar outros campos da História no século XXI? Qual a proporção desse diálogo?
4. Quais os recortes cronológicos e espaciais privilegiados pela historiografia no geral e, em particular, pela história econômica ao longo do século XXI?
5. Em quais níveis – mestrado e doutorado – os trabalhos de História Econômica tem maior presença?
6. Quais os centros com maior vitalidade e dinamismo para a História Econômica?
7. Quais os professores que mais ativaram esse campo no século XXI?
8. Qual o tipo de relação entre a História Econômica que se constrói nos PPGHs e a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica?

Para responder essas questões e melhor identificar a atividade do nosso campo neste século criamos um banco de dados intitulado *História Econômica no Século XXI*, que reúne informações coletadas nos Bancos de Teses e Dissertações - *on line* - dos PPGHs selecionados.



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de  
Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

**Figura 2: Formulário do Banco de Dados *História Econômica no Século XXI***

**História Econômica no Século XXI**

Programa de Pós-Graduação:

Autor:

Tese / Dissertação:

Orientação:  Ano:

Titulo:

**Recorte Espacial**

**Eixo Cronológico**

**Classificação**

Fonte: Elaboração Própria.

O que há de mais inovador em nosso trabalho é a nossa metodologia classificatória. Basicamente, dividimos todas as dissertações e teses em três patamares de relação com a História Econômica:

1. **Identificada com a História Econômica:** aqueles trabalhos que estão centrados nas quatro dimensões básicas da economia – produção, circulação, financiamento e consumo – e no pensamento econômico. Em outras palavras, são trabalhos com objetivos enfocados na economia em perspectiva sócio-histórica;
2. **Dialoga com História Econômica:** aqueles trabalhos que utilizam da História Econômica – suas fontes clássicas, sua metodologia, sua bibliografia e que dela extraem informações, dados e análises – para subsidiar temáticas extra-econômicas. Em outras palavras, são trabalhos que integram a História Econômica em seu escopo mais amplo e estão em sua zona de influência;
3. **Ignora História Econômica:** aqueles trabalhos que não se interessam pela perspectiva econômica dos processos históricos.

Essa divisão não está desprovida de referências. José Jobson de Andrade Arruda recentemente expôs a importância de ressaltarmos a via de mão dupla que deve haver

**7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

entre os historiadores de outros campos, buscando na História Econômica subsídios aos seus trabalhos, e os historiadores da economia, abertos ao diálogo com outras formas de construir o saber o histórico. O autor ressalta as “[...] transformações epistemológicas que nos conduzem a pensar sobre as vantagens de uma história econômica que seja, ao mesmo tempo, aberta e inclusiva” (ARRUDA, 2017, p. 86-87) e demonstra que a missão integradora da história econômica se dará, doravante a partir de “interpretações de fundamentação econômica mais ousadas, estas sim, abertas ao diálogo interdisciplinar voltado a um telos explicativo.” (ARRUDA, 2017, p. 87).

Para realizarmos o levantamento dos dados, elaboramos critérios de avaliação que extrapolam as informações coletadas no banco de dados. Os critérios classificatórios são, em ordem de importância:

- a) Título, Resumo e Palavras-Chave;
- b) Orientação e Banca;
- c) Sumário e Índices;
- d) Bibliografia e Fontes;
- e) Introdução e Conclusão;
- f) Currículo Lattes do Autor, do Orientador e dos Membros da Banca.

Consideramos o trabalho como levantado se tivermos as condições para preencher todo o formulário. Entretanto, o mínimo para a classificação do trabalho deve atender à leitura e avaliação dos critérios A e B, em caso de dúvida são consultados os demais. No geral, os resumos e as palavras-chave desvendam a relação de determinado trabalho com a História Econômica, pois devem revelar os princípios, meios e fins dos trabalhos. A composição das bancas e a orientação – em sua maioria, conhecidos professores de história dos principais departamentos de história do país – também nos ajudam a esclarecer o grau de relação que o trabalho tem com a História Econômica, graças à grande ascendência que a hierarquia acadêmica impõe na relação orientador/orientado. As demais informações podem confirmar ou refutar as impressões iniciais tidas através dos critérios principais, quando ainda restam dúvidas.

Também incluiremos em nossas análises a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Entendendo a importância da ABPHE para a História Econômica no país e dispondo dos dados a respeito dos seus congressos (SAES; RIBEIRO; SAES,



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

2017), buscaremos demonstrar como mestrandos e doutorandos que se identificam e dialogam com a História Econômica preenchem os espaços criados pela associação. De outra forma, é imperioso entender a relação de retroalimentação entre a ABPHE e a historiografia produzida nos PPGHs. Sem dúvida, a associação serve como instrumento para a reunião dos pesquisadores em História Econômica e para a difusão do conhecimento produzido em nosso campo, mas, ao mesmo tempo, sua existência e força é sinal da vitalidade da História Econômica na historiografia. Um dos nossos objetivos é entender qual o polo preside essa relação.

A nossa metodologia de análise será quantitativa. Privilegiaremos a visão panorâmica e geral, mas ressaltaremos as especificidades históricas das conjunturas e dos diferentes programas. Essa quantificação seriada e diacrônica, para além de descrever o processo de resiliência/influência da História Econômica, pode ser utilizada para estabelecermos universos possíveis em torno desses dados e lembrar da sua plausibilidade, visando fatos e processos que acompanham o desenrolar dos números. O principal destes processos é o expressivo crescimento dos principais PPGHs do país no período.

Não objetivamos entender apenas as proporções de nosso quinhão na historiografia, mas consideraremos as taxas de crescimento total e proporcional da Zona de Influência da História Econômica, assim como compararemos estas taxas com as gerais da historiografia nesses dezessete anos. A quantificação que nos serve é aquela que aponta tendências, e não aquela que engessa avaliações de momento, conforme avaliação de Ciro Cardoso: “[...] o mais importante não é cada um dos dados, individualmente, mas o próprio desenho da curva, sua evolução no tempo, o dado define-se pelo valor relativo que apresenta quando comparado aos que precedem e seguem.” (CARDOSO, 1981, p. 30). Em suma, um dos nossos objetivos é construir uma referência que enriqueça o debate sobre o papel e a importância da História Econômica para a historiografia no século XXI. Em nossas análises, as comparações se farão constantemente: entre tempos e espaços de produção, entre conjunturas e programas, entre recortes cronológicos e espaciais, entre a historiografia que ignora e a que contempla a História Econômica.

Este processo, medido de forma quantitativa, honesta e firmemente caldada na realidade extra números, pode servir “[...] de barreira para controlar o valor ou a força do discurso histórico [...]” (GRENIER, 1998, p. 191) daqueles que abriam a cova da História



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

Econômica no fim do século passado. Por fim, objetivamos saber se, afinal de contas, a História Econômica pode passar despercebida em meio a historiografia construída no século XXI.

### **3. Comprovações empíricas**

Nessa terceira e última parte analisaremos o material empírico levantado até este momento. Como expusemos anteriormente, os dados foram retirados dos bancos de teses e dissertações dos três programas de pós-graduação analisados: PPGH-UFF, PPGHIS-UFRJ e PPGH-USP. Dessa forma, as análises apresentadas são parciais e refletem exclusivamente a situação da Zona de Influência da História Econômica nos referidos programas.

Vale ressaltar que levantamos todas as teses e dissertações do PPGH-UFF de 2001 a 2017. No entanto o PPGHS-USP apresenta um número muito pequeno de teses e dissertações de 2001 a 2005 e o PPGHIS-UFRJ não apresenta lançamentos de teses e dissertações para os referidos anos. Por essa razão, analisaremos a Zona de Influência da História Econômica no período de 2006 a 2017.

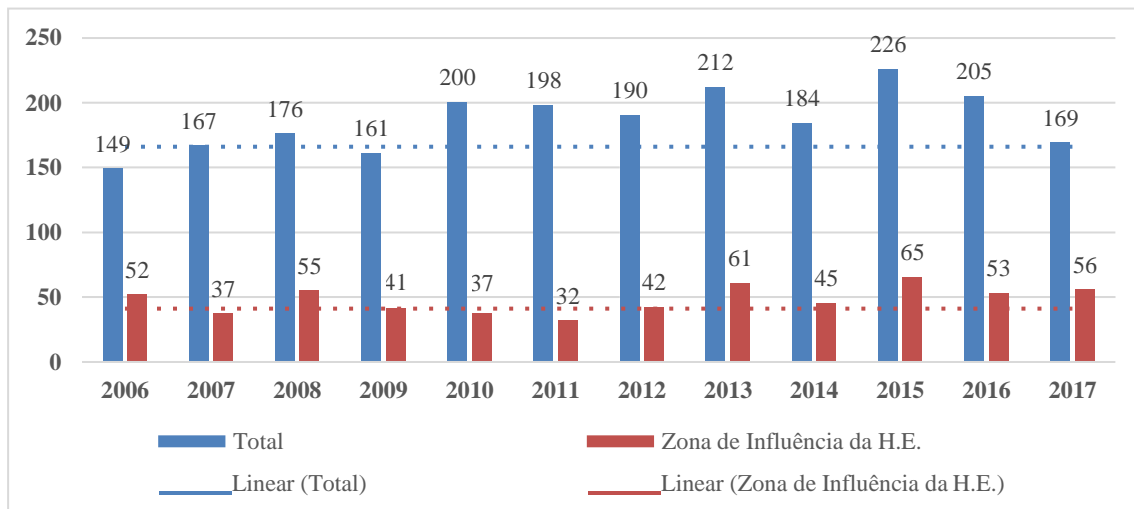
O primeiro dado que apresentaremos é relacionado à produção total de teses e dissertações nos três programas de pós-graduação analisados. Entre 2006 e 2017 foram defendidos 2.237 trabalhos, sendo 948 no PPGH-UFF, 313 no PPGHIS-UFRJ e 976 no PPGHS-USP.



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

**Figura 3 - Produção total de teses e dissertações em comparação com a Zona de Influência de História Econômica (2006-2017)**



Fonte: Dados levantados a partir dos bancos de teses online dos programas de pós-graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHIS-UFRJ.

No que tange a quantidade de teses e dissertações defendidas, a **Figura 3** nos revela três períodos distintos: 1) um período de lento crescimento entre 2006-2009; 2) um período entre os anos de 2010-2013 que demonstra a ampliação do número de defesas em relação ao período anterior; e 3) um período entre 2014-2017 que se inicia com a consolidação da tendência de crescimento vista entre 2006-2009 e 2010-2013, mas que termina em uma tendência de decréscimo de teses defendidas até o ano corrente dessa análise. Durante o período analisado, a média aproximada é de 186 trabalhos defendidos anualmente.

No que se refere ao número de teses e dissertações classificadas como “Zona de Influência de História Econômica”, temos um movimento quase que inverso em relação ao total de teses e dissertações defendidas: 1) no período 2006-2009 há tendência de queda, e a média da ZIHE para o período, em termos proporcionais ao total, ficou na casa dos 28,5%; 2) no período 2010-2013 há uma queda em relação ao período 2006-2009, e a ZIHE ficou responsável por apenas 21,4% dos trabalhos defendidos; e 3) no último período, mesmo com uma queda no número total de defesas, há uma recuperação do número de teses e dissertações classificadas como ZIHE, que atingiu uma proporção média de 28%.



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleões A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

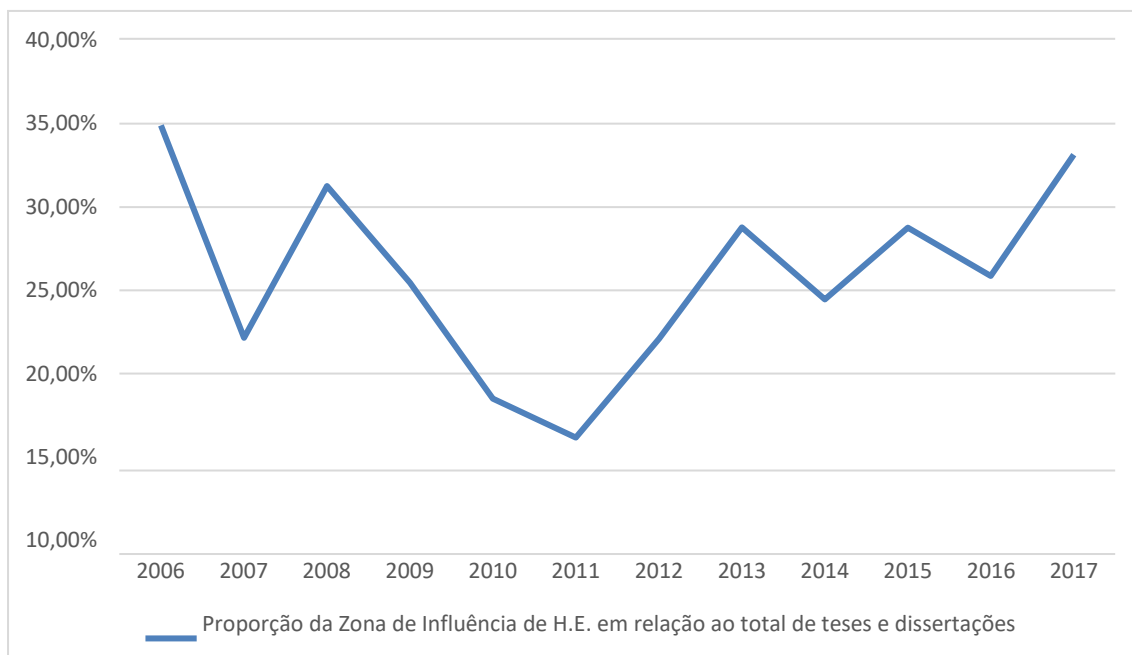
**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

No entanto, ao analisar teses e dissertações produzidas, é necessário considerar o tempo de entrada do pós-graduando, bem como seu prazo de defesa, que é de 2 anos para dissertações e 4 anos para teses. Portanto, as análises apresentadas anteriormente devem recuar em dois ou quatro anos a partir do ano de ingresso dos pós-graduandos. Isto significa que os dois primeiros períodos englobam teses e dissertações iniciadas entre os anos de 2002 a 2011 – 2008 para teses. No que se refere à conjuntura econômica brasileira, é quase um consenso que maior parte deste período foi de crescimento acelerado.

É neste período de expansão econômica que verificamos o crescimento no número de defesas e, ao mesmo tempo, a proporção de teses e dissertações da ZIHE se mostrou decrescente, partindo de 52 em 2006 para 42 em 2012, atravessando períodos críticos com apenas 32 defesas registradas no ano de 2011. Por outro lado, é na conjuntura pós- 2014, com a deflagração da crise política, institucional e econômica da qual ainda não saímos – que diminui não só o orçamento destinado aos programas de pós-graduação, mas também os auxílios destinados à manutenção dos estudantes na academia –, que talvez encontremos a explicação para a redução do número de defesas totais e, ao mesmo tempo, para o crescimento dos trabalhos que estão na ZIHE. É possível que a crise tenha ajudado a reconduzir os estudantes às estruturas econômicas e sociais em detrimento de análises estritamente econômicas.



**Figura 4 - Valores proporcionais da ZIHE (2006-2017)**



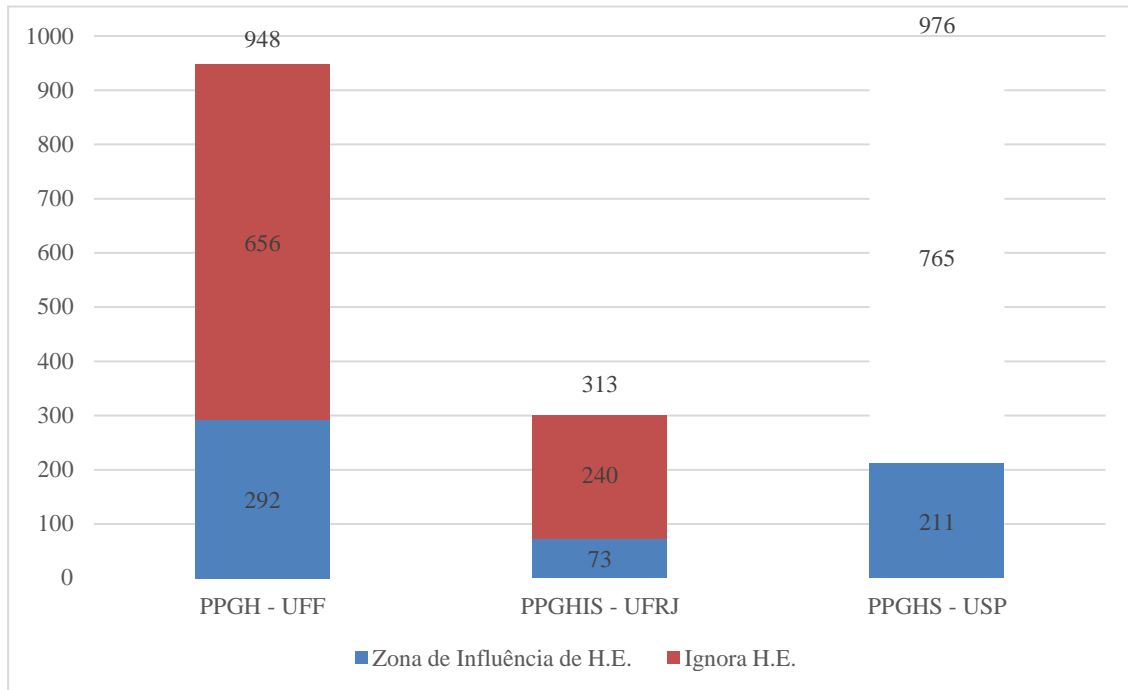
Fonte: Dados levantados a partir dos bancos de teses online dos programas de pós-graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHIS-UFRJ.

A **Figura 4** confirma a hipótese anterior, pois, apesar do crescimento a partir de 2011 – que pode ter relação, em nossa avaliação, com a crise internacional que se iniciou em 2008 nos Estados Unidos –, isto é, no segundo período de nossa análise, a proporção de trabalhos na ZIHE se mantém abaixo dos 25% até o último ano do período – 2013. A verificação da média do número de teses e dissertações defendidas por período corrobora com essa afirmação: no período 2006-2009 a média é aproximadamente 46, no período 2010-2013 diminui para 43 e no período 2014-2017 atinge 55. É importante destacar, no entanto, o súbito crescimento do ano de 2013, demonstrando uma retomada da ZIHE que se estabelecerá no período seguinte. Se considerássemos o ano de 2013 como parte do terceiro período, ficaria ainda mais evidente o declínio dos trabalhos classificados como ZIHE no período anterior. A média de trabalhos classificados como ZIHE entre 2010-2012 seria de apenas 37 em uma média total de 196 teses e dissertações defendidas por ano. Por fim, a **Figura 4** nos permite supor um crescimento, ainda que em ritmo lento, para os próximos anos.





**Figura 5 – Classificação das teses e dissertações por programa de pós-graduação (2006-2017)**



Fonte: Dados levantados a partir dos bancos de teses online dos programas de pós-graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHIS-UFRJ.

A partir de agora analisaremos a ZIHE em cada um dos três programas de pós-graduação estudados. De imediato, a **Figura 5** apresenta números satisfatórios da quantidade de teses e dissertações classificados como ZIHE. No PPGH-UFF temos uma proporção de aproximadamente 30%, no PPGHIS-UFRJ de 23% e no PPGHS-USP de 21,5%. É possível, portanto, afirmar que aproximadamente um quarto das teses e dissertações defendidas nos três programas de pós-graduação estão na ZIHE, demonstrando assim a inegável relevância do campo para os estudos históricos<sup>8</sup>.

Alguns afirmarão o contrário, isto é, que cerca de três quartos das teses e

<sup>8</sup> É importante ressaltar que a USP possui um Programa de Pós-graduação em História Econômica (PPGHE) na mesma unidade do PPGHS-USP. De 2006 a 2017 existem 250 teses e dissertações lançadas no banco. Conforme exposto na parte metodológica desse artigo, incorporaremos essa pós-graduação, entre outras, na análise.

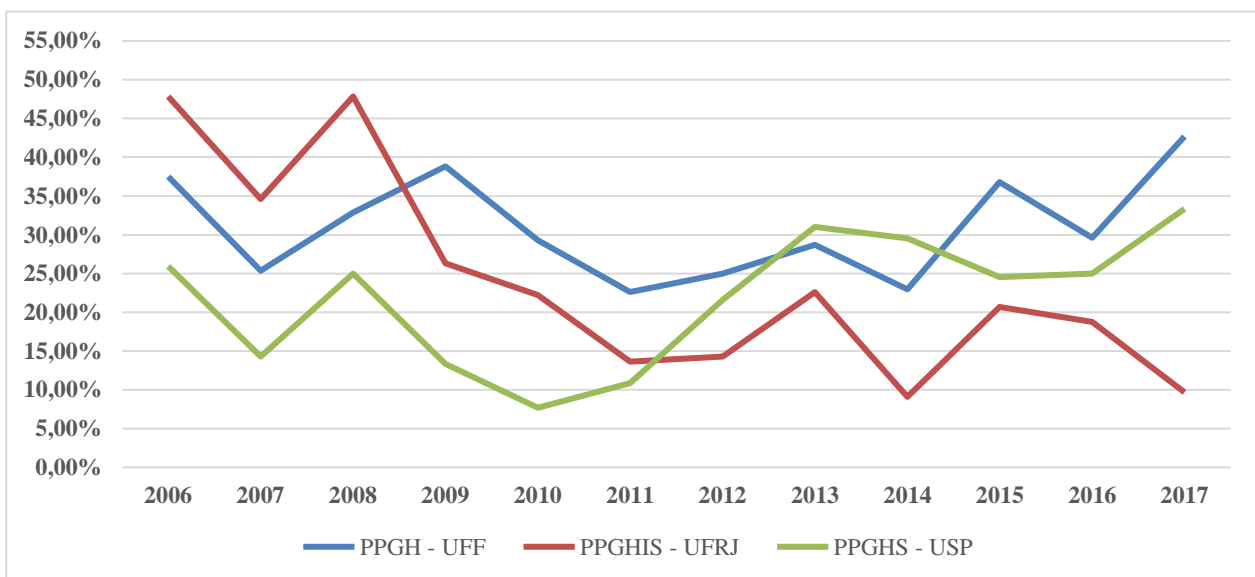


**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

dissertações ignoram totalmente a história econômica. No entanto, como já exposto anteriormente, essa persistência com tendência mais recente de crescimento da ZIHE nos mostra que cada vez mais os grandes campos do conhecimento histórico dialogam entre si, e que as análises das estruturas socioeconômicas se tornam relevantes nas pesquisas desenvolvidas no país.

**Figura 6 - Valores proporcionais da ZIHE por programa de pós (2006-2017) Fonte:**  
Dados levantados a partir dos bancos de teses online dos programas de pós-



Graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHIS-UFRJ.

Continuando nossa análise, temos na **Figura 6** a variação da proporção das teses e dissertações classificadas como ZIHE por programa de pós-graduação entre anos de 2006-2017. É perceptível a confirmação do nosso argumento no que diz respeito à crise política/econômica internacional (iniciada em 2008) e nacional (iniciada em 2014-2015), que ajuda na retomada dos níveis percentuais, no aumento dos números absolutos, além de demonstrar uma tendência de crescimento dos trabalhos que estão na ZIHE.

A **Figura 6** nos mostra que o PPGHS-USP respondeu antecipadamente à questão conjuntural de crise e demonstrou um rápido crescimento proporcional no segundo período estabelecido pela análise – cenário de decréscimo da ZIHE. Os outros dois programas corroboraram com a análise geral de um segundo período de diminuição da proporção de trabalhos da ZIHE mesmo aumentando a quantidade total de defesas. O



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

último período demonstra crescimento para o PPGH-UFF e um contínuo crescimento, embora que com ritmo desacelerado, para o PPGHS-USP. Ambos, porém, no ano de 2017, superam a proporção de 2006 enquanto mantém números semelhantes de teses e dissertações defendidas: em 2006, 72 no PPGH-UFF e 54 no PPGHS-USP; em 2017, 75 no PPGH-UFF e 63 no PPGHS-USP.

Diferente caso é o do PPGHIS-UFRJ. Esse programa começou o ano de 2006 com a maior proporção de trabalhos na ZIHE e corroborou com a estagnação no primeiro período. Embora tenha ampliado seu número de defesas totais nos anos seguintes, a ZIHE no PPGHIS-UFRJ entrou em grande declínio no segundo período, esboçando uma recuperação ao seu final, mas que não se sustentou e, logo depois, manteve a tendência de queda no último período.

O comportamento do programa se mostra contrário à análise geral e os motivos ainda não são claros. Acreditamos que, por ser um programa bem menor que os demais em números de defesas (vide **Figura 5**), ele é mais suscetível a mudanças em seu corpo docente. Deste modo, a ausência de determinados docentes pode alterar significativamente os dados do programa, que concentra as teses e dissertações da ZIHE em alguns poucos nomes. Os dados do **Anexo 1** contribuem para sustentar nossas afirmações. É possível observar dois professores vinculados ao PPGHIS-UFRJ – João Luís Ribeiro Fragoso e Antônio Carlos Jucá de Sampaio – entre os dez orientadores dos três PPGH com maior número de teses e dissertações orientadas na ZIHE. Os dois professores, juntos, respondem por aproximadamente 37% de todos os trabalhos classificados como ZIHE defendidos entre 2006-2017. Se acrescentarmos os professores Manolo Garcia Florentino (13º do **Anexo 1**) e Renato Lemos (21º do **Anexo 1**), aumentamos a concentração dos trabalhos da ZIHE para aproximadamente 60%.

Analisando caso a caso, podemos perceber possíveis motivos da diminuição da ZIHE no programa: o afastamento de um dos principais orientadores do campo no PPGHIS-UFF. Manolo Garcia Florentino orientou 15 teses e dissertações entre os anos de 2006 e 2017, sendo 10 classificadas como ZIHE. No entanto, ele só orientou uma tese no ano de 2013 e só voltou a orientar em 2017. Durante esse período, o professor foi cedido pela UFRJ à Fundação Casa de Rui Barbosa, onde exerceu a presidência.

O professor João Luís Ribeiro Fragoso, por sua vez, tivera seu nome associado à História Econômica por muitos anos, principalmente na década de 1990. Entre os anos de



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

2006 e 2009, o professor orientou 5 teses e dissertações das quais apenas uma não estava na ZIHE. No período seguinte, entre 2010-2013, aumentou seu número de defesas para 8, seguindo a expansão dos programas de pós-graduação. Mas, ao contrário do movimento esperado para o período em relação à ZIHE, apenas um dos trabalhos não estava relacionado ao campo da História Econômica. Já no período 2014-2017, o professor diminuiu o seu número de defesas novamente para 5. Porém, ao contrário do movimento dos demais PPGH em relação ao aumento da presença da História Econômica, 2 dos 5 trabalhos estavam fora da ZIHE.

A análise exclusiva dos dois professores se refere principalmente à visão fatalista que tiveram sobre o campo da História Econômica em meados da década de 1990, já discutida previamente no início do artigo. Através da análise do quadro geral da História Econômica nesse século XXI podemos compreender que João Fragoso e Manolo Florentino estavam enganados acerca da agonizante situação do campo da História Econômica. Para além disso, analisando suas orientações no século XXI, podemos compreender que, enquanto mantinham maior parte das relacionadas à História Econômica, apenas se ausentavam ou assistiam à predominância da falta de diálogo entre os demais campos do conhecimento histórico com a História Econômica. No ano de 2017, a ZIHE no PPGHIS-UFRJ contou com apenas 3 trabalhos, em um total de 31, ou seja, menos de 10% de todas as defesas.

Quanto às orientações nos outros programas de pós-graduação, o PPGH-UFF demonstrou um grau de concentração menor que no caso do PPGHIS-UFRJ no que diz respeito à totalidade de trabalhos em relação ao número de orientadores disponíveis. Tal programa demonstrou uma concentração de aproximadamente 56% do total de trabalhos classificados como ZIHE em 10 de um total de 56 docentes que orientaram teses e dissertações no período. No caso do PPGHS-USP há uma maior dispersão das orientações relacionadas à História Econômica. Os dez professores que mais orientaram teses e dissertações nessa área concentram um total de aproximadamente 33%. Um corpo docente maior, 74 professores, não é o suficiente para explicar essa dispersão. Acreditamos que a dispersão esteja ligada ao programa específico para trabalhos em História Econômica (PPGHE-USP), que coexiste com o PPGHS-USP no mesmo departamento (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH) e acaba atraindo não só pós-graduandos da área, mas especificamente, orientadores, como o caso



o caso do professor José Jobson de Arruda.

Em suma, estes são resultados parciais que podem nos revelar indícios sobre o caminho e o futuro da História Econômica no Brasil. Consideramos prematuro de nossa parte dar como certa qualquer tipo de afirmação – exceção feita àquela que previa a morte da História Econômica. Como já foi dito algumas vezes ao longo deste texto, trata-se de análises parciais que, quando integradas aos demais PPGHs selecionados por nossos critérios técnicos e metodológicos, possivelmente apresentarão maior grau de confiabilidade.

## **Referências**

### **Bibliográficas:**

#### **1. Fontes Primárias – sites e bancos de teses dos PPG; site das agências de fomento à pesquisa:**

**Banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no PPGH-UFF:** <http://www.historia.uff.br/stricto/tesesonline.php>

**Banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no PPGHS-USP:** <http://www.teses.usp.br/>

**Banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no PPGHIS-UFRJ:** <https://minerva.ufrj.br/F?RN=989012567>

**BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Avaliação Quadrienal 2017. Disponível em:**

<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8691-capes-divulga-resultado-final-da-avaliacao-quadrienal-2017>

**BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Research in Brazil. Disponível em:** <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8726-documento-disponibilizado-a-capes-apresenta-desempenho-e-tendencias-na-pesquisa-brasileira>

**Página do PPGH-UFF:** <http://www.historia.uff.br/stricto/index.php>

**Página do PPGHS-USP:** <http://ppghs.fflch.usp.br/>

**Página do PPGHIS-UFRJ:** <https://www.ppghis.historia.ufrj.br/>

#### **2. Fontes secundárias - Livros, artigos, teses e dissertações:**

**ARRUDA, José Jobson de Andrade.** “Por uma renovada História Econômica”. In: SAES, Alexandre; RIBEIRO, Maria Alice; SAES, Flávio. (org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleções A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

**CARDOSO**, Ciro & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

**CIPOLLA**, Carlo. *Introdução ao estudo da História Econômica*. Lisboa: Edições 70, 1993.

**COSTA**, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 5ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

**FONTANA**, Josep. “El Futuro de la Historia Económica”. In: *Revista História Econômica & História de Empresas* – ABPHE. São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 9-27, 2014.

**FRAGOSO**, João & **FLORENTINO**, Manolo. “História Econômica”. In: **CARDOSO**, Ciro Flamarion Santana & **VAINFAS**, Ronaldo. (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

**FRAGOSO**, João. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 29, 2002.

**GRENIER**, Jean-Yves. “A História Quantitativa ainda é necessária?”. In: **BOUTIER**, Jean & **JULIA**, Dominique (org.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.

**KULA**, Witold. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

**LAGE**, Lana. “Prefácio”. In: **SANTOS**, Flávio Gonçalves dos. *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros (1850-1937)*. Ilheus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2013.

**PARRON**, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba (1787-1846)*. Tese de Doutorado – FFLCH. São Paulo: USP, 2015.

**PEDRO**, Joana Maria. “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 239-260.

**SAES**, Alexandre; **RIBEIRO**, Maria Alice; **SAES**, Flávio. (org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.

**SANTOS**, Flávio Gonçalves dos. *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros (1850-1937)*. Ilheus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2013.

**VAINFAS**, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: **CARDOSO**, Ciro Flamarion Santana & **VAINFAS**, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

**VAINFAS**, Ronaldo & **GOMES**, Ângela de Castro. “Entrevista com Eulália Maria

**7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**



**A História Econômica No Século XXI – Primeiras Refleões A Respeito De Sua  
Produção Acadêmica (2006-2017) – Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de**

**Oliveira e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca**

Lahmeyer Lobo”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 9, 1992, p. 84-96.

**VILLA**, Carlos Eduardo Valencia. *La producción de la libertad. Economía de los esclavos manumitidos en Río de Janeiro a mediados del siglo XIX*. Bogotá: ICANH, 2011.

**TOMICH**, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.




**A Formação Do Padrão Periférico De Urbanização A Partir Da Transição Rural-Urbana Da Cidade De São Paulo Entre Os Séculos XIX E XX – João Paulo França**  
**Streapco**

**Anexo 1**

<b>Orientação</b>	<b>Programa</b>	<b>Identificado</b>	<b>Dialogado</b>	<b>Ignorado</b>	<b>Total</b>	<b>Zona de Inf. HE</b>	<b>% Zona de Inf. HE</b>	<b>% ZIHE em relação ao total do seu programa</b>
Carlos Gabriel Guimarães	UFF	22	3	1	26	<b>25</b>	96,15%	8,47%
Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes	UFF	12	11	3	26	<b>23</b>	88,46%	7,80%
Cezar Teixeira Honorato	UFF	12	7	4	23	<b>19</b>	82,61%	6,44%
Sonia Regina de Mendonça	UFF	8	11	3	22	<b>19</b>	86,36%	6,44%
Marcelo Badaró Mattos	UFF	2	14	14	30	<b>16</b>	53,33%	5,42%
Marcia Maria Menendes Motta	UFF	6	9	6	21	<b>15</b>	71,43%	5,08%
Théo Lobarinhas Piñeiro	UFF	10	5	1	16	<b>15</b>	93,75%	5,08%
João Luís Ribeiro Fragoso	UFRJ	4	10	4	18	<b>14</b>	77,78%	19,18%
Antonio Carlos de Juca Sampaio	UFRJ	10	3	2	15	<b>13</b>	86,67%	17,81%
Rafael de Bivar Marquese	USP	3	10	5	18	<b>13</b>	72,22%	6,19%
Gladys Sabina Ribeiro	UFF	4	8	10	22	<b>12</b>	54,55%	4,07%
Norberto Osvaldo Ferreras	UFF	5	6	16	27	<b>11</b>	40,74%	3,73%
Manolo Garcia Florentino	UFRJ	2	8	5	15	<b>10</b>	66,67%	13,70%
Maria Fernanda Baptista Bicalho	UFF	2	8	10	20	<b>10</b>	50,00%	3,39%



 Sheila Siqueira de Castro Faria	UFF	8	2	3	13	10	76,92%	3,39%
--	-----	---	---	---	----	----	--------	-------

**A Formação Do Padrão Periférico De Urbanização A Partir Da Transição Rural-Urbana Da Cidade De São Paulo Entre Os Séculos XIX E XX – João Paulo França**

**Streapco**



**A Formação Do Padrão Periférico De Urbanização A Partir Da Transição Rural-Urbana Da Cidade De São Paulo Entre Os Séculos XIX E XX – João Paulo França Streapco**

Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro	UFF	4	5	14	23	<b>9</b>	39,13%	3,05%
Maria Helena Pereira Toledo Machado	USP	2	7	11	20	<b>9</b>	45,00%	4,29%
Gildo Magalhães dos Santos Filho	USP	5	3	10	18	<b>8</b>	44,44%	3,81%
Mário Jorge da Motta Bastos	UFF	5	3	17	25	<b>8</b>	32,00%	2,71%
Mariza de Carvalho Soares	UFF	5	3	6	14	<b>8</b>	57,14%	2,71%

ZIHE = Zona de Influência da História Econômica.